

O estudo da palavra na gramática portuguesa no séc. XVI*

Simão Cardoso
Universidade do Porto

O estudo da palavra foi o objecto primeiro dos estudos gramaticais na Grécia antiga. Partindo da investigação sobre a natureza do signo linguístico, desenvolveram-se sucessivas teorias – convém lembrar a importância da escola Aristotélica (analogia) e os Estóicos (anomalia) - que proporcionam à escola de Alexandria, com Dionísio de Trácia, a criação da primeira «gramática»¹. Esta gramática, que compreende o “estudo da letra, da sílaba e das partes do discurso”, foi adoptada pela escola latina (Varrão (séc. ii-i a.c.), Quintiliano (séc. i) e, mais tarde, Donato (séc. iv) e Prisciano (séc. vi)) e legada em herança à Idade Média e às novas línguas nascidas da fragmentação da România. A palavra, sob a denominação de *pars orationis*, é a unidade maior de análise gramatical (apenas no séc. vi, Prisciano introduz pela primeira vez o estudo da *oratio*). As

* Quero prestar a minha homenagem sincera à Doutora Helena Paiva, que conheço na FLUP há 25 anos e de quem (muita pena minha) não tive a sorte de ser aluno. Os professores de Linguística que tive ensinaram-me a respeitar a professora rigorosa e competentíssima que sempre foi. O conhecimento que depois fui tendo com ela confirmou esta qualidade e deu-me a conhecer uma pessoa humana maravilhosa que sempre esteve disponível para me aconselhar e ajudar em tudo quanto lhe pedi. Somos colegas há 22 anos e tenho por ela o maior respeito e admiração, sobretudo pela tenacidade e persistência que tem e que é para mim um grande estímulo.

¹ Trata-se da *Techné grammatiké* que a tradição latina adoptará sob a designação equivalente de *ars grammatica*. Sobre a história da Gramática na tradição ocidental, e da Linguística, há muitas obras publicadas e de consulta indispensável. Entre outras, destaco: Robins, R. H., *Ancient and Mediaeval Grammatical Theory in Europe* (1951); Arens, Hans: *Sprachwissenschaft. Der Gang Ihrer Entwicklung Von Der Antike Bis Zur Gegenwart* (1969, 2.ª ed.) Mounin, Georges, *Histoire de la Linguistique des Origines au XXe. Siècle* (1967); Arrivé, Michel e Chevalier, Jean-Claude: *La Grammaire- lectures* (1970); Lozano Guillén, Cármen, *La aportación gramatical renascentista a la luz de la tradición* (1992).

primeiras gramáticas das línguas românicas adoptam, no geral, a gramática latina, seguindo praticamente à letra as gramáticas de Donato e/ou de Prisciano² no estudo das partes do discurso.

As gramáticas latinas, ao longo de seis séculos, copiam e adaptam a gramática da escola de Alexandria. Não são, no geral, fautores de grande originalidade, mas são hábeis e versáteis no modo como aplicam ao latim as teorias gregas. No estudo das «partes orationis», a gramática latina não conseguiu fixar um modelo. Este foi sempre um motivo de controvérsia: uns autores postulavam quatro partes, outros cinco partes, outros seis, outros oito, outros nove. As gramáticas vulgares vão defrontar-se com o mesmo problema até ao séc. xix.

Proponho-me abordar, ainda que de uma forma não muito aprofundada, o estudo da palavra na gramática Portuguesa do séc. xvi nas duas gramáticas publicadas: a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536) e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540)³.

Fernão de Oliveira

A obra de Fernão de Oliveira, a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em Janeiro de 1536, não é, no sentido próprio do termo, uma “gramática”, como o próprio autor reconhece no preâmbulo, com a dedicatória a D. Fernando de Almada, mas uma «primeira anotação»⁴. A intenção de escrever uma «Gramática», por ele considerada completa, não foi, tanto quanto sabemos, materializada.

Convém, porém, salientar que se trata de uma obra original, que olha para uma língua moderna, o Português, observa-a e reflecte sobre a sua identidade e autonomia. Por isso, esta é, a todos os títulos, uma gramática nova, fugindo ao

² Vd. à frente (João de Barros) notas sobre estes dois gramáticos.

³ A minha primeira intenção era incluir neste estudo os séc. xvii e xviii com as obras de Amaro de Roboredo, *Recompilação da gramática portuguesa, e latina ...*(1619) e de Jerónimo Contador de Argote, *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina ...*(1721), mas a extensão do texto aconselhou a que não o fizesse. Sobre estes dois séculos e estes gramáticos, vd. Cardoso, Simão, *A inter-relação gramatical no ensino das línguas portuguesa e latina (séc. XVII e XVIII)* (1998).

⁴ “... se acabará esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando nada de cada dicção, porque isto ficará para outro tempo e obra” – Oliveira, Fernão, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa...* Em Lixboa: e[m] casa de Germão Galharde, 27 de Janeiro de 1536 – [38] f. (na “dedicatória” (título meu)). Cito pela edição: *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

modelo clássico do seu tempo – o modelo latino – aplicado por A. de Nebrija⁵ ao Castelhana, em 1492, e que João de Barros⁶ imitará, quatro anos depois, na sua *Gramática da Língua Portuguesa*. Maria Leonor Carvalhão Buescu, na edição que fez da *Gramática da Linguagem Portuguesa* em 1975, observa, com pertinência, o alheamento de Fernão de Oliveira face à problemática gramatical do Renascimento, o que o leva a reflectir sobre a língua portuguesa liberto dos esquemas sistemáticos da gramática latina e lhe permite, porque assim o soube e quis, “fazer doutrina”. Tem sido ressaltada por praticamente todos os estudiosos e críticos – à Doutora Helena Paiva ouvi isto muitas vezes – a originalidade do estudo que Fernão de Oliveira faz da fonética e ortografia da língua portuguesa, que ocupa uma boa parte da obra (cap. vi - xxix)⁷.

Um dado original é também a adopção que faz de uma nomenclatura inovadora na parte dedicada ao estudo das palavras – *dicções ou vozes* – (cap. xxx – xlvi) que não veio a ser seguido por nenhum outro gramático posterior. A sintaxe, ou construção, não merece mais que um capítulo de uma só página – o penúltimo capítulo (xlix) dos cinquenta que compõem esta “primeira anotação da língua portuguesa”.

Fernão de Oliveira mostra-se um tanto indisciplinado no seu estudo, misturando nas diferentes partes reflexões sobre aspectos anteriormente tratados e/ou que tratará mais adiante⁸. Mas divisamos quatro partes distintas: uma primeira parte, que inclui os cap. i a v, em que define a linguagem – “A linguagem é figura do entendimento” (cap. i) - e especula, ainda que socorrendo-se dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas e o “modo de falar dos portugueses”, a formação da pátria, a definição de gramática - “gramática é a arte que ensina a bem ler e falar” (cap. iv) – e a história desta e as suas três partes: “a primeira participação que fazemos em qualquer língua e sua gramática seja esta em estas três partes: letras, sílabas e vozes que também as há na nossa

⁵ Nebrija, António de, *Gramática de la lengua Castellana*, Salamanca, 1492.

⁶ Barros, João de, *Grammatica da Língua Portuguesa*, Olyssipone, apud Ludouicum Rotorigiu Typographum, M.D.XL. [1540]. Cito pela edição: *Gramática da Língua Portuguesa*, Reprodução Facsimilada, Leitura, Introdução e Anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

⁷ Lembro, entre muitos, Eugenio Coseriu, que diz de Fernão de Oliveira: “... antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença” – vd. Jorge Morais Barbosa “Os Estudos de Linguística em Portugal”, in Leodegário A. de Amarante Filho (org.), *Congresso Internacional de Lexicografia e Literaturas no Mundo Lusofónico (De 17 a 21 de julho de 2000)*, Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2002, pp.145-158.

⁸ vd. Buescu (1975), *op. cit.* p. [23].

de Portugal com suas considerações conformes à própria melodia” (cap. v). A segunda parte é dedicada à fonética e ortografia (cap. vi a xxix), a terceira parte ao estudo da etimologia e analogia (cap. xxx a xlvi), a quarta parte à sintaxe (cap. xlix), terminando com o capítulo L dirigido aos seus possíveis críticos e justificativo das opções que tomou ao escrever a obra.

O que diz Fernão de Oliveira sobre a palavra? Inicia esta parte com o título «Das dicções» (cap. xxx). Para o autor, “dicção, vocábulo ou palavra, tudo quer dizer a mesma coisa”; são três variantes designativas da mesma entidade linguística, que define assim: “palavra é voz que significa coisa ou acto ou modo: coisa como artigo e nome; acto como verbo; modo, como qualquer outra parte da oração”⁹. Estuda em primeiro lugar a etimologia da palavra (cap. xxx–xxxix) para depois abordar a analogia (cap xl–xlvi).

Por «etimologia» entende o fundamento e origem das palavras¹⁰. Um espírito inovador teria de encontrar uma nomenclatura original que não se encontra em qualquer outro gramático anterior ou posterior. Os vocábulos que dão nome às classes *etimológicas* vai buscá-los, por empréstimo, ao vocabulário comum, usando-os no sentido conotativo requerido pela gramática.

Quanto à origem, as palavras dividem-se em três classes: **nossas próprias, alheias e comuns**. Cada uma destas classes pode subdividir-se em quatro subclasses: 1.^a - **apartadas** ou **juntas**; 2.^a - **velhas, novas** ou **usadas**; 3.^a - **próprias, mudadas**; 4.^a - **primeiras** ou **tiradas**¹¹.

Uma breve explicitação destas classes¹²:

“**nossas** ... são aquelas que nasceram entre nós ou já são muito antigas que não sabemos se vieram de fora” – os exemplos que dá: *castiçal, janela e panela*.

“**alheias** são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa alguma novamente trazida à terra” – exemplos: *ditongo, acento, picote e alcance*.

“**comuns** chamamos aquelas que em muitas línguas servem igualmente e o tempo em que se mudaram de uma língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram, porque assim as podiam tomar as outras línguas da nossa, como a nossa delas...” – exemplos: *mesa e sapato*.

⁹ vd. Fernão de Oliveira, *ob. cit.* cap. xxx.

¹⁰ “O que primeiro havemos de olhar é o seu fundamento e donde vieram” – *id. ibid.*

¹¹ Sublinhados meus.

A questão da origem das palavras, estreitamente associada com a questão da origem das línguas, ontem como hoje, sempre preocupou os gramáticos e o nosso Fernão de Oliveira não foge à regra. Trata-se da etimologia. A determinação das quatro subclasses obedece a uma miscelânea de critérios nem sempre muito fáceis de discernir para quem estuda, a esta distância, a obra do autor. À luz do nosso tempo, sentimos que há aqui alguma incipiência e também desconhecimento que só os séculos futuros viriam a colmatar em grande parte. Mas hoje ainda não sabemos tudo.

Podemos ver o seguinte: a subdivisão das palavras em **apartadas** ou **juntas** tem a ver com o critério formal. Palavras **apartadas**¹³ são as palavras simples - “a que os latinos chamam simples ou singelas” como *fazer*, “cujas partes não podem ser dicções inteiras, mas dividem-se somente em sílabas e letras ...” Uma forma verbal como *amaríamos* é considerada uma palavra apartada; a flexão não afecta a palavra apartada. Palavras **juntas**¹⁴ “a que os latinos chamam compostas são [aquelas] cujas partes significam ou podem significar” como *contrafazer*. Palavras juntas, são as palavras formadas por derivação ou composição.

A subdivisão em **velhas**, **novas** e **usadas** tem na sua base o critério do uso. A terminologia é motivada. **Velhas**¹⁵ “são as que foram usadas mas agora são esquecidas” como *ruão*, *compensar*, *nemigalha*. **Novas**¹⁶ “são aquelas que novamente ouvimos ou de todo fingimos ou em parte achamos”, como *peita*, *arcabuz* e *bombarda* (coisa nova requer palavra nova). **Usadas**¹⁷ “são estas que nos servem a cada porta ... que todos falam e entendem, as quais são próprias do nosso tempo e terra”, como *renda*, *sisá*, *casa* e *corda*.

A subdivisão em palavras **próprias** ou **mudadas** obedece ao critério semântico e em **primeiras** ou **tiradas**, aos critérios formal e semântico. **Próprias**¹⁸ “chamamos àquelas que servem na sua primeira e principal significação” como *livro* – temos aqui a denotação, o sentido próprio. **Mudadas**¹⁹, “a que os latinos chamam trasladadas, as que por necessidade ou melhoria de significação ou voz estão fora de seu próprio significado...” O exemplo que dá, um tanto

¹² vd. Fernão de Oliveira, *ob. cit.* cap. xxx.

¹³ *Id. ibid.*, cap. xxxiv.

¹⁴ *Id. ibid.*, cap. xxxv.

¹⁵ *Id. ibid.*, cap. xxxvi.

¹⁶ *Id. ibid.*, cap. xxxvii.

¹⁷ *Id. ibid.*, cap. xxxviii.

¹⁸ *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

¹⁹ *Id. ibid.*

incompreensível a esta distância no tempo, é *livro* quando significa instrumento de música²⁰. Não apresenta outros exemplos, mas creio que estamos no domínio da conotação, o sentido metafórico. E, possivelmente, caberia aqui a chamada derivação imprópria ou conversão morfológica, como acontece, por exemplo, quando o infinitivo presente é usado com o valor funcional do substantivo²¹ (que João de Barros refere). **Primeiras**²², a que os latinos chamam primitivas, aquelas “cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as primeiro pôs, como *manta, esteira, cadeira...*”. **Tiradas**²³, a que os latinos chamam derivadas, são aquelas “cujos nascimentos vêm de outras algumas dicções, como *tinteiro, velhice e honrada*”. Curioso é que inclui a palavra *candeeiro* na subclasse das palavras primeiras porque lhe parece “coisa de riso” dizer que vem de *candeeo, candes*, verbo latino²⁴. Nas palavras tiradas considera apenas a derivação e não a composição – pelo menos não apresenta exemplos de composição.

Muitas das reflexões de Fernão de Oliveira não fazem hoje sentido, dado o estágio actual de conhecimento, mas há observações curiosas e outras judiciosas acerca da origem e formação das palavras. Aprecia-se em Fernão de Oliveira o rigor das observações e a crítica, por vezes desabrida, dos que dizem “patranhas” e embarcam em “imaginações aldeãs sem juízo”, defendendo que “nesta parte [etimologia] não tenha licença senão quem com habilidade e saber for merecedor dela”²⁵.

Quando fala das “dicções usadas”, aborda questões pertinentes, hoje do domínio da dialectologia e da sociolinguística, distinguindo o vocabulário comum a todos os falantes do Português e o que chama “os usos particulares dos diferentes ofícios e tratos”: “os cavaleiros têm uns vocábulos e os lavradores outros e os cortesãos outros e os mercadores outros”. Do mesmo modo chama a atenção para as particularidades regionais “porque os da Beira têm umas falas

²⁰ “... é livro, quando quer dizer instrumento músico, o qual, por ser novo e não ter nome ou voz própria e ser semelhante ao livro de papel que é o próprio, lhe chamaram assim.” *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

²¹ No cap. xlix, que trata “da composição ou concerto que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si ... a qual os gramáticos chamam *construção*”, que hoje designamos sintaxe, refere os diferentes usos funcionais que as diferentes classes de palavras podem assumir no discurso, como “posto que alguma hora os verbos infinitivos sirvam por nomes, como *o ler faz bem aos homens...*”.

²² *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

²³ *Id. ibid.*, cap. xxxvix.

²⁴ *Id. ibid.*

²⁵ *Id. ibid.*, cap. xxxi.

e os do Alentejo outras e os homens de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos²⁶. Defende a claridade e simplicidade da língua, afirmando: “saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam todos entender, e para ser bem entendida há-de ser o mais acostuada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e viram e viveram, continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança²⁷. Defende aqui uma norma preceptiva, como aliás faz João de Barros e os gramáticos do seu tempo (castelhanos, italianos). Apoiando-se em Varrão diz que o conhecimento da etimologia não é absolutamente necessário para se entender a língua, mas defende e louva o estudo da mesma²⁸.

O estudo do significado da palavra – dicções próprias, mudadas, primeiras ou tiradas – particularmente destas últimas, permite estabelecer a ponte com a analogia “porque a formação destas vozes que se tiram umas das outras e algumas partes ou nas mais requer ser tratada na parte e pelas regras da proporção a que os Gregos chamam analogia²⁹”.

A distinção das diferentes partes da oração obedece a critérios formais e funcionais “porque os nomes têm a sua forma distinta da dos verbos e cada parte da oração se conhece entre as outras e em uma mesma parte as diversas espécies ou estados...”³⁰. As diversas espécies ou estados das coisas são as diferentes funções sintácticas que um nome pode assumir na oração, como mostra com o nome *homem*: *O homem senhoreia o mundo e Deus castiga o homem*³¹. Não enumera ordenadamente as partes da oração, mas reflecte sobre o nome (não distingue substantivo e adjectivo), o verbo, o artigo, o pronome e refere, de fugida, o advérbio e a preposição. Não define cada parte da oração nem apresenta outras definições mas justifica-o no final do cap. xlv, onde trata do género: “Não dissemos quantos nem quais os géneros dos nomes, nem tampouco que coisa é nome, como também fizemos aos artigos e faremos nos verbos, porque do intento desta parte da gramática que agora tratamos não é mais que só dar notícia das vozes, e não definições ou determinadas declarações das coisas”. Aqui, como noutros capítulos, manifesta a intenção de escrever uma segunda obra, o que parece nunca ter sido feito.

²⁶ *Id. ibid.*, cap. xxxviii.

²⁷ *Id. ibid.*, cap. xxxviii.

²⁸ “... se não alcançarmos muito dela [etimologia], nem por isso seremos dignos de culpa, mas antes, pelo contrário, quem souber alguma coisa será de louvar...” , *id. ibid.*, cap. xxxix.

²⁹ *Id. ibid.*, cap. xxxix.

³⁰ *Id. ibid.*, cap. xl.

³¹ *Id. ibid.*, cap. xlvi.

De um modo não muito claro, fala da anomalia face à analogia e, um tanto confusamente, estabelece “uma primeira divisão das vozes que significam” em palavras variáveis e invariáveis, “porque umas se declinam e outras não”³². Há aqui algo de estranho, pois, segundo o próprio autor, “não se declinam nem se trazem de outros princípios as dicções que chamamos primeiras (palavras primitivas), mas declinam-se todas as tiradas ou derivadas”³³. Penso que confunde entre flexão, declinação e formação de palavras.

Por declinação entende a “diversidade de vozes, tiradas de um primeiro e firme princípio, por respeito de diversos estados de coisas ... e chama-se declinação porque daquele primeiro princípio firme ... o qual não se move nem muda da sua primeira voz, se declinam, caem ou descendem, quase como abaixando-se por graus ...”³⁴ Este “princípio firme”, o chamado termo não marcado, é o singular no nome e o Presente do indicativo e o Infinitivo presente no verbo.

Seguindo o gramático latino Varrão, que refere explicitamente (cap. xli), divide as declinações em naturais e voluntárias – a *declinatio naturalis* e a *declinatio voluntaria* – princípio que, em boa parte, o chamado estruturalismo europeu ainda segue ao distinguir a «flexão» da «formação de palavras». A “declinação natural é aquela que não obedece à vontade particular de cada um, mas que é conforme ao comum parecer de todos” e, por isso, “as declinações naturais são mais sujeitas às regras e leis” da gramática³⁵. Na formação de palavras, as “declinações voluntárias”, mostra a autonomia da língua portuguesa face ao Latim e às outras línguas românicas. Vê aqui a analogia, mas também a anomalia, como duas propriedades da língua e liberdade dos falantes³⁶.

Têm declinação natural os artigos, os nomes e os verbos. Os artigos “variam a forma da sua voz em géneros, números e casos”; os nomes “se declinam em géneros e números”; e “as vozes dos verbos em géneros, conjugações, modos, tempos, números e pessoas”³⁷. Parece confundir declinação e conjugação.

Uma observação curiosa sobre o género: “as declinações dos géneros são muitas e menos para compreender, porque, posto que os nomes acabados em

³² *Id. ibid.*, cap. xl.

³³ *Id. ibid.*.

³⁴ *Id. ibid.*.

³⁵ *Id. ibid.*, cap. xlii.

³⁶ “... em cada língua notemos o próprio costume dela, cá esta parte de Gramática em todas as suas partes e muito mais nesta da analogia, é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar, e não lei posta que os tire da sua liberdade, quando é bem regida e ordenada por seu saber...”, *id. ibid.*, cap. xli.

uma letra qualquer sejam mais de um género que de outro, não por isso se pode dar regra universal, como nestas letras *a* e *o*, das quais uma é mais masculina e outra feminina”³⁸. Podemos colocar a questão em relação ao nosso tempo: é inteiramente apropriado falar de uma flexão nominal de género, pelo menos no que aos substantivos diz respeito? É uma questão pertinente que merece ser discutida num outro estudo.

Para resolver a questão, Fernão de Oliveira observa: “Porque era longo compreender tantas variedades de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre ou as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os géneros desses nomes”³⁹. Tem presente o uso funcional da língua.

Sobre o número – “o plural tem como sua letra própria esta letra *s*, acrescentando-a sobre seu singular”⁴⁰ – Fernão de Oliveira apresenta uma descrição bastante completa sobre a formação do plural dos nomes terminados em *-ão*, dos terminados em *-l* e nas consoantes *-r*, *-s*, *-z*.

O que diz sobre o verbo é escasso. Indica as três conjugações, infinitivos em *-ar*, *-er* e *-ir* e o infinitivo em *-or*, do verbo *pôr*; “o qual, todavia, já fez *poer*, e ainda assim o ouvimos a alguns velhos”⁴¹. Define conjugação como “ajuntamento de diversas vozes que, segundo boa ordem, se ordenam seguindo-se umas atrás das outras...”⁴² Por alto faz referência aos verbos defectivos e aos verbos irregulares. Sabendo que não é o bastante, anota, de novo, logo no início do capítulo *xlvi*: “Não dizemos que coisa é verbo, nem quantos géneros de verbos temos, porque não é desta parte a tal ocupação”.

João de Barros

João de Barros elabora a sua *Gramática da língua portuguesa* na boa tradição latina, cujas fontes mais próximas são Donato⁴³ e Prisciano⁴⁴. Inspira-se na teoria doutrinária de A. Nebrija, na *Gramatica de la lengua castellana*,

³⁷ *Id. ibid.*, cap. *xl*iii a *xl*viii.

³⁸ *Id. ibid.*, cap. *xl*iv.

³⁹ *Id. ibid.*, cap. *xl*iv.

⁴⁰ *Id. ibid.*, cap. *xl*v.

⁴¹ *Id. ibid.*, cap. *xl*vii.

⁴² *Id. ibid.*, cap. *xl*viii.

⁴³ A Donato devem-se as célebres *De partibus orationis ars minor* e *Ars Grammatica*.

⁴⁴ Prisciano, o gramático latino do baixo império cujo legado mais se fez sentir na Idade Média e no Renascimento (e muito para além destes), escreveu as *Institutiones Grammaticae*, uma obra constituída por 18 vol. (na designação medieval, *Priscianus maior* - vol. *i*-*xvi* - e *Priscianus minor* - vol. *xvii*-*xviii*).

escamoteada das ideias especulativas que se atribuem a este gramático. João de Barros procura ser um gramático prático; tem o sentido da pedagogia. Não é por acaso que é considerado o pedagogo da sua geração e das gerações futuras. Apesar disso, a *Gramática da língua portuguesa* não deixa de ser, por antonomásia, uma gramática do latim, como todas as gramáticas renascentistas⁴⁵. João de Barros é, neste aspecto, bem menos inovador face ao seu predecessor.

A definição da gramática e das suas partes mostra claramente o carácter pedagógico da obra: “Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de lêteras. E, segundo a definiçám que os Gregos lhe déram, é um modo çerto e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. Nós podemos-lhe chamar artefício de palávras póstas em seus naturais lugáres, para que, perante élas, assi na fála como na escritura, venhamos em conheçimento das tenções alheas”⁴⁶. Todo o desenvolvimento da gramática assenta nestes princípios e método.

Interessa-me apenas o estudo da palavra. Sobre esta e a sua classificação, João de Barros diz o seguinte: “Porque assi bem entram as lêteras pela vista como as palávras pelos ouvidos – instrumento com que o nosso entendimento reçebe as máis das cousas. E como pera o jogo do enxedrez se requerem dous reis, um de ua cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leis do que cada ua déve fazer (segundo o ofício que lhe foi dado): assi todas as linguagens tem dous reies, diferentes em género, e concórdes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vêrbo. Cada um destes reies tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e â do Vêrbo, Advêrbio. Particípio, Artigo, Conjuncám, Interjeiçám sam peças e capitães principáes que debaixo de sua jurdiçám tem muita peonagem de dições, com que commumente servem a estes dous poderosos reies”⁴⁷. Como se vê por esta magnífica descrição, o funcionamento de uma língua é um jogo (um jogo de guerra!...) com leis muito próprias, sujeito a uma hierarquia de valores e funções.

São, pois, nove as partes da oração: Artigo, Nome (que se subdivide em substantivo e adjectivo e relativo), Pronome, Verbo, Advêrbio, Particípio, Conjuncão, Preposição, Interjeiçáo.

João de Barros baseia-se em critérios lógicos, funcionais, formais e semânticos, para a classificação das diferentes partes do discurso. Porque no âmbito desta comunicação não há espaço para um desenvolvimento pormenorizado,

⁴⁵ Cf. Maria Leonor Carvalhão Buescu, *ob. cit.* e também *Gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

⁴⁶ Vd João de Barros, *ob. cit.* “Definiçám da Gramática e as pártes déla”.

⁴⁷ *Id., ibid.*

faço apenas algumas observações sobre o estudo do Nome e do Verbo, com uma breve referência ao Artigo.

Nome⁴⁸ é “aquele que se declina per cásos sem tempo, sinificando sempre alguma cousa que tenha corpo e sem corpo”⁴⁹. Estão presentes os critérios formal e semântico (significação léxica e classe semântica). O Nome tem acidentes: qualidade, espécie (*espécia*), figura, género, número e casos. Vale a pena observar o modo como trata estes acidentes.

A *qualidade* distingue Nome próprio – “aquele por que entendemos uma só coisa” – e Nome comum – “pelo qual entendemos muitas coisas do mesmo género”⁵⁰. Há aqui, penso eu, um critério lógico-referencial. A *qualidade* distingue também o Nome substantivo do Nome adjectivo: “Nome substantivo chamamos àquele que per si póde estár e não recebe ésta palávra *cousa*. Nome ajetivo ao que não tem per si, mas está encostádo ao sustantivo e póde receber em si ésta palévra *cousa*, como quando digo: Ó que fermoso caválo, que brávo touro ... porque não podemos dizer fermoso e brávo sem lhe darmos nome substantivo a que se encóstem”⁵¹. É o critério lógico que está na base desta distinção, sem qualquer referência à significação léxica, no sentido amplo do termo. Dois séculos e meio mais tarde, Jerónimo Soares Barbosa, na Gramática Filosófica, irá estabelecer de modo magistral esta distinção, tendo em conta este e outros critérios⁵². O pronome relativo é incluído na classe do Nome com base no critério lógico-funcional: “chamamos relativo àquele parte que faz lembrança de algum nome que fica atrás; e este tal se chama antecedente”. Os relativos como *que*, *o qual*, são classificados como relativos de substância, quando o antecedente é um nome relativo (“eu li o livro me tu mandaste, o qual entendi mui bem”) e relativos de acidente, como *tal*, *qual*, *tanto*, *quanto*, *tamanho*, *quamanho*, “os quais fazem relação de adjectivo. Estes, por sua vez, subdividem-se ainda em relativos de qualidade, *tal*, *qual*, e de quantidade, *tamanho*, *quamanho* (“eu te mando o livro tál qual mô tu mandaste”)⁵³. A

⁴⁸ Sublinhado meu.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, “Do Nome e das suas espécies” (sic).

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, “Do Nome Próprio e Comum”.

⁵¹ *Id.*, *ibid.*, “Do Nome Substantivo e Ajetivo” (sic). Sobre a distinção do *Nome* em *substantivo* e *adjectivo*, vd. a nota de Maria Leonor C. Buescu na edição que faz da *Gramática da Língua Portuguesa*.

⁵² Vd. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem*. Publicada de ordem da Academia Real das Sciencias. Lisboa, na Tip. da mesma Acad., 1822

⁵³ *Id.* *ibid.*, “Do Nome Relativo e Antecedente”. Também sobre os «relativos», vd. Soares Barbosa, *id. ibid.*

gramática dos séculos posteriores, sobretudo a Gramática Filosófica, vê as coisas de outro modo.

Utilizando o critério formal e semântico, os nomes dividem-se (ainda) em primitivos e derivados – a que chama a “espécie” do nome. Por sua vez, os derivados subdividem-se em: patronímicos, possessivos (*cristão, beirão*), diminutivos, aumentativos, comparativos, denominativos, verbais e adverbiais⁵⁴. Como nota Carvalhão Buescu, ao tratar estas espécies nos parágrafos seguintes, não mantém esta ordem na descrição e trata, respectivamente, os *Nomes verbais, participiais e adverbiais*⁵⁵. Estas espécies de nomes aparecem em Prisciano que considera mais o superlativo, que João de Barros inclui no comparativo. Quase posso dizer que se trata aqui de uma rigorosa aplicação da gramática latina à gramática portuguesa. As *figuras* do Nome – nome simples e nome composto – obedecem aos critérios formal e semântico: nome simples não decomponível em partes significativas, como *justo*⁵⁶; nome composto, aquele de “cujas partes (de uma delas) entendemos alguma coisa”, como *torcicolo*, “de torçer e colo”. Nome composto é tanto a palavra formada por composição como por derivação.

O género gramatical aparece ligado ao género natural ou sexo: “Género, em um nome, é uma distinção per que conhecemos o macho da fêmea e o neutro de ambos”⁵⁷. É criterioso quando diz que o género conhece-se pela significação e pelo artigo – critérios semântico e funcional (faz alusão ao Grego e Latim para referir o Português)⁵⁸. Além dos géneros *masculino, feminino e neutro*, refere a existência de mais quatro géneros (sete no seu todo): *comum a dous, comum a três, duvidoso e confuso*.⁵⁹ Assim, “todo o nome que convém a homem ou molhér será comum de dous, como *inventor, taful*”; e adjectivos como “*forte, alegre, triste* serão comuns a três: *o homem forte, a mulher alegre, o pecar triste*”⁶⁰. Para os géneros *duvidoso* e *confuso* não dá exemplos. Os nomes verbais – Infinitivo presente – *o querer, o amar, o ler* – são do género neutro.

⁵⁴ *Id. Ibid.*, “Da Espécie do Nome”.

⁵⁵ Cf. A nota de Maria Leonor Buescu, *ob. cit., ibid.*

⁵⁶ “... o quá, partido em éstas duas partes, *jus-to*, em nossa língua nam entendemos per élas cousa alqua” - *id. Ibid.*, “Das Figuras do Nome”.

⁵⁷ *Id. Ibid.*, “Do Género do Nome”.

⁵⁸ *Id. Ibid.*

⁵⁹ Sublinhados meus. João de Barros segue os gramáticos latinos Donato e Prisciano, que consideram seis géneros, e igualmente Nebrija. Como anota Maria Leonor Buescu, os gramáticos italianos, na sua maior parte, “admitem somente a existência do *masculino* e do *feminino*”.

⁶⁰ *Id. Ibid.*

O número – “aquéla distincão per que apartamos um de muitos”⁶¹ – não traz nada de novo.

Os casos do Nome, “dado que não mudem a sustância do nome, govêrnem a ordem da òraçam mediante o vérbo”⁶², são definidos com base no critério funcional. A flexão dos nomes em casos – a declinação latina – esteve presente na gramática das línguas vulgares até uma época bastante tardia. A gramática de Reis Lobato⁶³, publicada em 1771, ainda apresenta a declinação. Foi um processo longo e difícil que atrapalhou os gramáticos. Contudo, como nota Carvalhão Buescu, os gramáticos do século xv, como Nebrija e o autor anónimo das *Regole*, consideram que os casos não se distinguem pelas terminações, como no Latim, mas pela regência – e é esta a posição seguida por João de Barros⁶⁴.

Artigo

Uma breve referência ao Artigo. João de Barros salienta o seu carácter funcional. O artigo, como parte da oração, desempenha um papel importante para o “intendimento ficár satisfeito”, necessário para a concordância das partes e indicação do género dos nomes. Curiosa é esta observação: “E vem este nome, artigo, de *articulus*, diçam latina deriváda de *arthon*, grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nós pròpriamente chamamos artelho. E, bem como da liança e ligadura dos nervos se sostém o corpo, assi do ajuntamento do artigo aos cásos do nome se compõe a òraçam...”⁶⁵ Esta definição original de João de Barros (“fenomenal” como uma vez ouvi referir ao Prof. Mário Vilela), não é seguida por outros gramáticos posteriores. Penso que a ideia de João de Barros fica em suspenso e leva a uma certa confusão com a preposição (contraídos numa só unidade formal quando na declinação antecedem os casos).

Verbo

Na introdução do parágrafo onde trata o Verbo, João de Barros insiste na metáfora do jogo de *enxedrez* para ressaltar o poder do Verbo, juntamente com

⁶¹ *Id. Ibid.*, “Do Número que tem o Nome”.

⁶² *Id. Ibid.*, “Dos Cásos do Nome”.

⁶³ Vd. Lobato, António José dos Reis, *Arte da Grammatica da língua portugueza. - composta e offerecida ao Il.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal, etc.* Lisboa, na Reg. Offic. Imp., 1771.

⁶⁴ Cf. A nota de Maria Leonor Buscu, *ob. cit.*, *ibid.*.

⁶⁵ Vd. João de Barros, *ob. cit.*, “Dos Artigos”.

o Nome, na oração. Define o verbo como “uma vóz ou palavra que demóstra obrar alguma cousa, o quáil não se declina, como o nome e pronome, per cásos, mas conjuga-se por módos e tempos...”⁶⁶ Esta definição assenta em dois critérios: semântico e formal. Barros distingue declinação e conjugação, que em Fernão de Oliveira não é perfeitamente distinta. Segue aqui Prisciano que define o *Verbum* como “pars orationis cum temporibus et modis, sine casu”⁶⁷.

Como nos gramáticos latinos, os verbos subdividem-se em substantivos e adjectivos. Em Português, só o verbo *ser* é verbo substantivo “porque demóstra o ser pessoal da cousa, como quando digo: eu sou criatura racional”⁶⁸. Esta posição é vincada pelo modo como é enunciado o verbo: na primeira pessoa do presente do indicativo, como em latim: *sou*. Está presente o critério lógico. A Gramática filosófica vai assumir esta posição e o nosso gramático Jerónimo Soares Barbosa define muito bem o verbo substantivo como o verbo que afirma a existência: “a essencia do verbo substantivo consiste na significação ou enunciação da *existencia*, e como tudo o que existe são coisas ou pessoas, e estas não podem existir senão em certos tempos, d’aquí vem que estas duas circunstancias são sempre relativas à idéa principal da existencia, e por isso proprias só do verbo substantivo”⁶⁹. Todos os outros são verbos adjectivos (mas não há uma definição para o verbo adjectivo, presente igualmente em Soares Barbosa).

Distingue verbos pessoais e impessoais. Os verbos “trázem consigo estes oito accidentes: género, espéçia, figura, tempo, módo, pessoa, número, conjugaçam”⁷⁰. Há aqui uma redundância ao incluir a conjugação no número dos accidentes, uma vez que a variação formal do tempo, modo, pessoa e número é a própria conjugação do verbo. João de Barros diz isso mesmo quando define conjugação: “a quáil se pode chamár discurso ou jornáda que o vérbo faz por totalas pessoas, números, tempos e módos”⁷¹. Como Fernão de Oliveira, João de Barros considera as três conjugações naturais do Português.

Dos accidentes do Verbo refiro o *género*, que subdivide os verbos em activos e neutros (que hoje designamos transitivos e intransitivos) – activos os que se podem converter ao modo passivo; neutros, os que não se podem converter ao

⁶⁶ *Id. Ibid.*, “Do Vérbo”.

⁶⁷ Vd. Prisciano, *ob. cit.*

⁶⁸ Vd. João de Barros, *ob. cit.*, *ibid.*

⁶⁹ Vd. Jerónimo Soares Barbosa, *ob. cit.*

⁷⁰ Vd. João de Barros, *ob. cit.*, “Do Vérbo”.

⁷¹ *Id. Ibid.*, “Da Conjugaçám do Vérbo” (sic).

modo passivo e “cuja auçam não pássa em outra cousa, como *ando*, *venho*, *vou...*”⁷²; a *espécia*, que tal como o nome subdivide os verbos em primitivos e derivados, subdividindo-se estes em aumentativos (*negrejar*), diminutivos (*choramingar*), denominativos (*armar*, *selar* (o cavalo)) e adverbiais (*arrematar* – de remate)⁷³; a *figura*, em simples e compostos (*conheço* e *desconheço*)⁷⁴.

O que disse atrás sobre os acidentes do nome, aplica-se por inteiro ao verbo.

Conclusão

Hoje, como no passado, o estudo da palavra continua a merecer a atenção dos gramáticos, ou não fosse ela a unidade com a qual e à volta da qual se constrói o discurso. Saber que coisa e por que razão uma palavra é Nome substantivo ou Nome adjectivo, que coisa e por que razão uma palavra é Verbo, ou é Advérbio, ou é Preposição, ou é Artigo, ou é Conjunção, etc. não é tarefa que os nossos alunos resolvam com facilidade. Na crise actual por que passa a aprendizagem e estudo formal das línguas, mais se faz sentir o seu interesse. Como linguista e docente (de Linguística Portuguesa) dou-me conta de quão necessário é voltar para aqui uma parte da nossa atenção, sobretudo tendo em conta que a grande maioria dos alunos dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas pretende fazer do ensino, do Português e de outras línguas segundas, a sua profissão de futuro.

Para um docente, seja qual for o grau de ensino em que leccione, eu diria que é obrigatório o conhecimento histórico da língua portuguesa, em todos os seus níveis de análise linguística, mormente no que à morfossintaxe diz respeito. Temos muita coisa a aprender com os gramáticos portugueses do passado para bem entendermos a gramática do presente. Fernão de Oliveira e João de Barros (quantos alunos universitários de Línguas conhecem e sabem mesmo da existência destes gramáticos?!...) são pedagogos recomendáveis aos alunos e professores de hoje. Em muitos aspectos e também no estudo da palavra.

⁷² *Id. Ibid.*, “Do Género do Vêrbo Pessoál”. Estes dois géneros são, diz, João de Barros, os únicos que subsistiram no Português, ao passo que o Latim “repartia” os verbos por cinco géneros: “autivos, outros passivos e outros neutros (...) e em outros dous, a que chamam comuns e depoentes”.

⁷³ *Id. Ibid.*, “Da Espécia do Vêrbo”.

⁷⁴ *Id. Ibid.*, “Das Figuras do Vêrbo”.